

**ATA**

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Lamentou o encerramento do Posto de Turismo do Largo Valentim Moreira de Sá em agosto acrescentando que, segundo a comunicação social, estava previsto pela Turismo Porto e Norte de Portugal, não só pela reabertura do Posto de Turismo da Praça de S. Tiago, integrado na rede interativa daquela entidade, mas também pela anunciada ruptura das negociações com o proprietário do imóvel. -----

**2 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um texto solicitando que o seu teor ficasse registado em ata: “Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Como é do conhecimento público, na última reunião de Câmara, fiz, na sequência de outras, e em representação dos vereadores eleitos nas listas do PSD, uma intervenção sobre os contratos swap celebrados pela administração da Vimágua. Como é habitual, no final da referida reunião de Câmara, fiz declarações à comunicação social. No

âmbito das declarações em causa, aludi ao relacionamento entre o Município e o BPI. Fi-lo sempre com a preocupação de defender a necessidade da existência de total transparência no que diz respeito ao relacionamento entre o interesse público e os interesses privados e a necessária subordinação dos últimos ao primeiro. Em reação às minhas declarações, o Dr. Ricardo Costa, candidato nas listas do PS nas próximas eleições autárquicas à Câmara Municipal, anunciou que tinha apresentado uma queixa crime contra mim, por difamação. O objetivo é conhecido: tentar limitar o exercício da ação política, por via do recurso aos Tribunais. Obviamente que esse objetivo não será alcançado. Os vereadores eleitos nas listas do PSD já requereram mais informação sobre esta matéria à Vimágua, já receberam essa informação e vão analisá-la com o cuidado habitual. A referência que nas minhas declarações foi feita ao Dr. Ricardo Costa foi uma referência meramente incidental e reflexa. Reitera-se que aquilo que nos move é a supremacia do interesse público relativamente aos interesses privados. O que nos preocupa são as relações entre as instituições e a sua correlação de forças. Numa palavra, o que nos move é o interesse público.” -----

**3 – Vereadora Luísa Oliveira** – Disse ter apresentado, enquanto Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães, diversas propostas que não tiveram acolhimento pelo Executivo, recordando uma sugestão apresentada no ano de 2010 relacionada com a ecologia e a sustentabilidade, e que, a seu ver, foi tratada com um certo desdém. Continuou, dizendo verificar, hoje, com algum desagrado, que este assunto é bandeira eleitoral do Partido Socialista, designadamente a candidatura a Capital Verde da Europa. -----

**4 – Vereadora Alexandra Gesta** – Em final de mandato quis deixar um agradecimento pessoal aos colegas de Executivo pela



oportunidade de partilhar conhecimentos e contributos. -----

**5 – Vereador Amadeu Portilha** – Disse que a Câmara Municipal de Guimarães trabalhou até ao limite para não perder o Posto de Turismo do Largo Valentim Moreira de Sá, acrescentando que o atendimento ao turista não foi descurado uma vez que foi disponibilizado, nas instalações do edifício sede do Município, um posto de informação aos que visitam a cidade. Disse, ainda, que a questão mais problemática teve a ver com o facto de que os mapas que se encontram distribuídos pelos hotéis, relativos à cidade, terem como referência a existência de um posto de turismo naquele local, o que induzia em erro os turistas, não tendo sido possível recolher estes mapas em tempo útil. Referiu que este processo foi dificultado pelo decurso das obras para a nova loja interativa do Turismo, na Praça de S. Tiago, que se atrasaram na sequência de pedidos de parecer ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, mas que se pretende que seja aberta muito em breve. -----

**6 - Presidente da Câmara** – Ainda sobre o Posto de Turismo da Alameda disse que a Câmara Municipal sempre teve um bom relacionamento com a Turismo Porto e Norte de Portugal, estranhando que, mesmo assim, o posto de turismo tivesse fechado no dia 9 de agosto de 2013. Disse considerar que tal facto deve ter ficado a dever-se a outros factores, desde logo à intransigência do senhorio, proprietário do edifício. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

**AÇÃO SOCIAL - SEGUNDO REFORÇO AO FUNDO DE MANEIO DE 2013 PARA ACONTECER A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL** - Tem vindo a constatar-se que o fundo de maneio

destinado a acorrer ao pagamento de apoios com carácter de urgência, a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, fundo este reforçado por deliberação de 7 de março de 2013 para o valor €1000,00 (mil euros) se torna insuficiente para acorrer às situações emergentes de carência económica que nos são apresentadas diariamente. A tendência de crescimento deste tipo de apoios municipais torna-se evidente em 2012, verificando-se uma tendência de crescimento do nº mensal de 17 pessoas apoiadas em 2012 para 25 pessoas neste ano de 2013, correspondendo a um crescimento de 31%, que nos parece justificar um novo reforço deste fundo. -----

TIPOLOGIA DE APOIO	Nº médio de pessoas apoiadas por mês			Crescimento relativo a 2012	
	2013	2012	2011	(dif.)	%
Apoio a Situações de Emergência Social	25	17,3	9,1	7,7	31%

Saliente-se que o n.º de atendimentos tem vindo a crescer, tendo mesmo duplicado em relação a 2012 de 50 para 109 atendimentos médios mensais. Acresce que a análise dos processos de apoio permitem verificar que, no último ano, mais de 80% das pessoas que procuraram os serviços de ação social, vivem abaixo do limiar de pobreza, apresentando um rendimento *per capita* entre 0,00 e 189,00. Coloco, assim, à consideração superior um reforço mensal no valor de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) ao atual fundo de maneiio, de modo a perfazer um total mensal de €1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros) com efeito a partir de setembro e até dezembro, correspondendo a um acréscimo de 3.000,00€ (três mil euros) ao atual valor com o compromisso 1915/2913."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----



O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - Do Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012; **2** - Da carta dirigida pelo Presidente da Câmara ao Secretário de Estado da Cultura, Dr. Jorge Barreto Xavier, sobre o atraso, por parte do Governo, no pagamento à Câmara Municipal de Guimarães das verbas despendidas na reabilitação do edifício onde será instalada uma extensão do Museu Alberto Sampaio, no cumprimento do estabelecido entre o Município de Guimarães e o Governo em acordo de colaboração celebrado. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de julho, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.-----

**2.** Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 28 de agosto de 2013, que aprovou a ata da hasta pública para venda de 18 viaturas para desmantelamento qualificado, metais ferrosos e viaturas e equipamentos municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

**3.** Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 2 de agosto de 2013, que aprovou a informação para início de procedimento relativa à empreitada de Regulação de Fluxo Luminoso - Instalações Elétricas, estimando-se que o preço contratual não deverá exceder 482.944,46€ + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-

**4.** Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 27 de julho de 2013, que aprovou a informação para início de procedimento relativa à empreitada de Requalificação da E.N.101

entre Fermentões e Caldelas, estimando-se que o preço contratual não deverá exceder 649.965,46€ + IVA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

**5.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de agosto de 2013, que adjudicou ao concorrente "Auto-Mondinense, SA", pelo preço contratual de 249.670,80€ + IVA, o transporte escolar em carreira pública, para o ano letivo 2013/2014, no âmbito do ajuste direto n.º 43/13. -----

**6.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de agosto de 2013, que adjudicou a "Transurbanos de Guimarães - Transportes Públicos, Lda", pelo preço contratual de 515.260,80€ + IVA, o transporte escolar em carreira pública para o ano letivo 2013-2014, no âmbito do ajuste direto n.º 45/13. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2013. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores Domingos Bragança e Alexandra Gesta por não terem estado presentes na reunião. -----

**CÂMARA - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M., S.A. - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E PERMUTA DE TAXA DE JURO CELEBRADOS ENTRE A VIMÀGUA EIM E OS BANCOS BPI E CGD** – Presente a seguinte proposta apresentada pelos Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima: "É quanto a nós questionável que o art.º 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sob a epígrafe "deveres de informação das empresas locais" estabeleça que os pedidos de informação que devem ser prestados pelas empresas locais apenas possam ser solicitados pelo órgão executivo, na medida em que a lei refere que



a prestação de informações o deve ser ao órgão executivo, mas cremos que já não é necessário que a sua solicitação ou requerimento o deva ser pelo órgão executivo, no seu conjunto. Porquanto nos parece admissível que as informações possam ser solicitadas por qualquer membro de executivo, sendo, no entanto a sua informação prestada, aí sim, não apenas ao vereador requerente mas antes a todo o órgão executivo, independentemente de ter sido requerido pelo órgão executivo no seu conjunto ao apenas por um só vereador no pleno exercício das suas funções. Não obstante, é opinião dos vereadores do PSD que a prestação das informações solicitadas à Vimágua é essencial para verificar da boa gestão dos fundos públicos e da evolução económico-financeira daquela empresa intermunicipal. O que é manifestamente do interesse do município verificar e fiscalizar. Aliás, admitindo-se que o requerimento das informações solicitadas o tenha que ser pelo órgão executivo, isso implica ter querido a lei aportar ao órgão executivo maiores competências fiscalizadoras que não podem agora, obviamente, ser ignoradas ou dispensadas. Assim: os vereadores do PSD apresentaram em 16 de maio de 2013 um requerimento a solicitar cópias dos contratos “de swaps sobre a taxa de juro celebrados com BPI e CGD em agosto de 2009”, celebrados pela Vimágua com essas duas entidades bancárias. Documentos que foram parcialmente fornecidos, não obstante se encontrar já em vigor a Lei n.º 50/2012. Contudo, atendendo a que na resposta enviada pela Vimágua, em relação ao contrato com o BPI, apenas nos forneceram cópias das condições gerais de um contrato com data de 14 de agosto de 2008, os vereadores do PSD vêm por este meio propor que: a) seja notificada a VIMÁGUA para que esta empresa intermunicipal forneça ao executivo cópia dos contratos de swap celebrados com o

BPI; b) – Sejam remetidas aos vereadores do PSD as cópias dos contratos que vierem a ser remetidas pela Vimágua. Proposta que fundamentaM no artigo 42.º n.º 1 f) da Lei 50/2012 de 31 de agosto. Apesar de considerarem não carecer a proposta de fundamentação legal, conquanto disponha de fundamento legal, isto é, se os vereadores têm direito a determinada faculdade, cremos não ser necessária a exposição dos diplomas e/ou normas em que assenta a sua pretensão, devendo apenas ser alertados caso a mesma inexista. Mais indicam a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos da próxima reunião ordinária do Executivo Municipal com o seguinte assunto: a) “Análise e discussão dos contratos de financiamento e permuta de taxa de juro celebrados entre a VIMÁGUA, E.I.M. e os Bancos BPI e CGD”; b) – Solicitando-se, para o efeito, que V. Ex.<sup>a</sup> solicite a presença do Senhor Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA por forma a que possam ser prestados todos os esclarecimentos que foram entendidos como necessários. Proposta que fundamentam no artigo 87.º n.º 1 da Lei da Organização e Funcionamento das Autarquias Locais.” -----

**Pelas 10h40 foi suspensa a reunião a pedido dos vereadores do PSD, para poderem, reservadamente, conferenciar sobre este ponto da agenda.** -----

**Pelas 10h43 regressaram os vereadores do PSD e foram reiniciados os trabalhos.** -----

**DELIBERADO REJEITAR POR MAIORIA A APRECIAÇÃO DA PROPOSTA.** Votaram contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luisa Oliveira e André Coelho Lima não participaram na votação da proposta. -----





O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos contra a proposta apresentada pelos Vereadores eleitos pelo PSD para que fosse solicitada à Vimágua cópia dos contratos celebrados com o BPI, dado que, ao contrário do que é afirmado na proposta apresentada, de acordo com informação transmitida pela Vimágua, foram já fornecidos na totalidade todos os documentos agora solicitados, a saber: a) Contrato de financiamento de 24 milhões de euros, de longo prazo, a 20 anos, em regime de "project finance", celebrado com o consórcio BPI/CGD a 8 de Junho de 2009; b) Dois contratos de derivados financeiros de fixação de taxa de juro, para 2/3 do montante do empréstimo, um com a CGD e outro com o BPI, o primeiro celebrado a 13 de Agosto de 2009 e o segundo a 14 de Agosto do mesmo ano; c) Os contratos de empréstimo a curto prazo celebrados anteriormente que se encontravam em vigor e que foram amortizados na sequência da celebração do contrato referido na alínea a). Acresce que o Plano de viabilidade onde constava a reestruturação do passivo da Vimágua foi aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 2007 e que o Contrato de Financiamento foi aprovado igualmente pelos mesmos órgãos em 2009, antes da sua celebração, sem o levantamento das questões agora suscitadas por parte dos Vereadores do PSD, tendo o presente questionamento relativo a esse empréstimo sido apenas consequência do período eleitoral que se vive e de uma tentativa de colagem mediática, sem qualquer fundamento, ao problema dos "swaps" complexos em empresas públicas nacionais, sobre o qual decorre um inquérito em comissão parlamentar da Assembleia da República que legitimamente pode, se o entender, incluir nesse processo os

contratos celebrados pela Vimágua, o que até hoje não sucedeu.” -

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA - ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - ANO DE 2008** – Presente a seguinte proposta apresentada pelo Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 29 de maio de 2008, deliberou atribuir à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova uma verba no valor de 12.812,22€, para comparticipação na execução da obra de construção da Capela Mortuária. Em carta dirigida a esta Câmara Municipal, em 9 de abril de 2013, a Junta de Freguesia de Sande Vila Nova informou não ter sido possível construir a Capela Mortuária, solicitando a alteração do objeto daquele Protocolo, de forma a utilizar a verba para a aquisição de equipamento de limpeza e manutenção do parque de lazer da freguesia, bem como a prorrogação do prazo de execução do mesmo até ao final do ano de 2013. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 29 de maio de 2008, alterando-se as cláusulas 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> que passam a ter a seguinte redação: **Cláusula 1.<sup>a</sup>** - “O presente protocolo tem por objeto a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova para a aquisição de equipamento de limpeza e manutenção do parque de lazer da freguesia”; **Cláusula 3.<sup>a</sup>** - “Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.<sup>a</sup>, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013.” Mais se propõe a transição da verba de 12.812,22€ para o ano de 2013.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE - PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE**



**COMPETÊNCIAS - ANO DE 2013** – Presente a seguinte proposta apresentada pelo Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Ponte a execução de uma ponte pedonal na Ponte de Campelos, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 38.231,10€. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Ponte informou não ser possível a execução daquela obra, devido à sua complexidade, pretendendo agora a alteração daquele Protocolo, de forma que este se destine a execução das obras de repavimentação da rua de S. José, rua da Mata e rua das Vendas, bem como à colocação de piso sintético no Cantinho do Lazer e do Desporto. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, relativo ao ano de 2013, celebrado em 22 de maio de 2013, nos seguintes termos: a 1ª cláusula passa a ter a seguinte redação: “O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Ponte para a execução das obras de repavimentação da rua de S. José, rua da Mata e rua das Vendas, bem como a colocação de piso sintético no Cantinho do Lazer e do Desporto, cujo valor total é de 47.268,86€.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE CONDE - PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE**

**COMPETÊNCIAS - ANO DE 2013** – Presente a seguinte proposta apresentada pelo Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Conde, a execução da obra de Requalificação do Centro Cívico, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 9.447,67€. Em carta

dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Conde informou não ser possível a execução daquela obra, pretendendo agora a alteração daquele Protocolo, de forma que este se destine à execução de uma passagem pedonal com construção de uma ponte de ligação entre a rua das Casas Novas e rua Eng.<sup>a</sup> Virgínia Moura (E.N.105). Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, relativo ano de 2013, celebrado em 22 de maio de 2013, nos seguintes termos: a 1<sup>a</sup> cláusula passa a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Conde para a execução de uma passagem pedonal com construção de uma ponte de ligação entre a rua das Casas Novas e rua Eng.<sup>a</sup> Virgínia Moura (E.N.105), cujo valor estimado é de 30.000,00€." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE GOMINHÃES - PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ANO DE 2013** – Presente a seguinte proposta apresentada pelo Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Gominhães, a execução de uma ponte pedonal na Ponte de Campelos, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 6.137,69€. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Gominhães informou não ter sido possível proceder ao pagamento da totalidade dos trabalhos executados no ano de 2012, referentes à pavimentação da rua Adelaide Carvalho, pelo que solicita a alteração do Protocolo celebrado em 18 de julho de 2013, com vista ao pagamento dos valores em falta. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de



Delegação de Competências, relativo ano de 2013, celebrado em 18 de julho de 2013, nos seguintes termos: a 1ª cláusula passa a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Gominhães para a execução das obras de repavimentação da rua Adelaide Carvalho, cujo valor total é de 38.557,50€." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**URBANISMO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA UNIDADE HOTELEIRA A INSTALAR NA FREGUESIA DA COSTA –**

Presente a seguinte informação do diretor do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística em regime de substituição: "Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público para intervenção a realizar em terreno sito na freguesia da Costa e classificado (plano diretor municipal em vigor) como área florestal de uso condicionado, reserva ecológica nacional, reserva agrícola nacional e zona não urbanizável. Face ao mencionado na informação técnica de 18 julho '13 e posterior informação do sector do turismo da câmara municipal (despacho anexo do vereador responsável), julga-se reafirmar o teor e conclusão da mesma informação técnica de 18 julho '13. Assim: A intervenção a realizar reportar-se-á à construção de um equipamento turístico (hotel rural e ecológico), correspondendo à reabilitação e ampliação das construções existentes no terreno e que se implantam na área de terreno classificado como reserva agrícola nacional. Da solicitação apresentada, conclui-se que é pedido o reconhecimento de interesse público para o empreendimento em causa para efeitos de (instrução do processo de) inutilização de solo agrícola a formular junto da entidade tutelar (direção regional de agricultura e pescas do norte). Na sequência da informação técnica de 27 junho '13,

foram apresentados os esclarecimentos solicitados, nomeadamente explicitando valor de investimento estimado e número de empregos a criar. Assim, e ainda na sequência da mesma informação técnica (conjugada com os esclarecimentos agora prestados), verifica-se que: 1. A proposta apresentada pressupõe a reabilitação de edifício antigo, instalado já no território e que revele características arquitetónicas e de inserção na paisagem interessantes e qualitativas; 2. A mesma proposta pressupõe a introdução de funções capazes de potenciar e valorizar as características do sítio em simultâneo com a criação de condições de melhoria da oferta (no caso) hoteleira do concelho; 3. Um valor de investimento estimado em €3.000.000,00 e a criação de 30 novos empregos o que se julga traduzir positivamente para a realidade económica e social local. **Face ao exposto, e do ponto de vista urbanístico, entendendo-se que a pretensão em causa é passível de constituir uma oportunidade de reabilitação de edifício com impacto favorável na paisagem, economia e realidade social do concelho, julga-se que a mesma é passível de ser reconhecida como de interesse público municipal.** Refere-se ainda que o reconhecimento de interesse público para o fim em causa carece de aprovação do Órgão Executivo do Município e Assembleia Municipal. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**PROTOCOLOS - RATIFICAÇÃO DA SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – CLDS ARCA SOCIAL** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “O Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Guimarães foi legitimado por protocolo celebrado



a 10 de maio de 2011 entre o Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Braga, a Câmara Municipal de Guimarães e a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social e ratificado em reunião de Câmara de 19 de maio de 2011. Desde então e sob a designação de “Arca Social”, foi encetado um programa de intervenção social com a duração de 36 meses (até 2014) previamente aprovado pelo Conselho Local de Ação Social. Na sequência de alterações a este contrato para a dinamização de ações de combate à pobreza e à exclusão de territórios deprimidos e grupos marginalizados, o Conselho Diretivo do ISS,IP aprovou no dia passado dia 18 de janeiro, uma primeira comparticipação adicional no valor de 436.156,13€, em adenda ao programa inicial, tendo sido ratificada em reunião de Câmara de 7 de março de 2013. Em 31 de julho passado foi aprovada uma segunda comparticipação financeira no montante de 359.762,81€ resultante de alguns ajustamentos ao contrato indicados na presente Adenda que agora se apresenta para ratificação em reunião de Câmara. A referida adenda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE JULHO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013** – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de julho que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013. O mapa com as aquisições de serviços dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTES ESCOLARES EM CARREIRA PÚBLICA – ANO LETIVO 2013**

**2014 - AJUSTE DIRETO N.º 49-13** – Presente a informação de análise relativa ao ajuste direto n.º 49/13 que propõe a adjudicação da aquisição de serviços de transportes escolares em carreira pública para o ano letivo 2013/2014 ao concorrente “Arriva Portugal – Transportes, Lda”, pelo preço contratual de 750.884,00€ + IVA. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE 4 PARCELAS DE TERRENO**

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal. “1. Objeto: Aquisição de serviços de avaliação de quatro parcelas de terreno necessárias à execução da obra de reperfilamento da rua Manuel Alves de Matos, da freguesia de Souto S. Salvador. 2. Considerandos: De acordo com informação prestada pelo Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico datada 29 de maio de 2013, encontra-se aprovado o projeto de execução da obra de reperfilamento da rua Manuel Alves de Matos, da freguesia de Souto S. Salvador. A Junta de Freguesia de Souto S. Salvador negociou amigavelmente com um dos proprietários a aquisição de parte dos terrenos destinados àquela obra, faltando, no entanto, proceder à aquisição de três parcelas de terreno, com a área total de €1.141,65m², pertencentes a um outro proprietário. Segundo comunicação da Junta de Freguesia, o proprietário destas parcelas está na disposição de as entregar ao Município mediante permuta por uma parcela de terreno, com a área de 385,50m² que é parte





do atual caminho público municipal e que será desnecessária face à reformulação da via. Atendendo a que as parcelas do particular em questão serão a desanexar de prédios de maiores dimensões, a sua aquisição só poderá efetivar-se nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, caso contrário, será inviável o respetivo registo predial a favor do Município. De modo a determinar os valores em causa no processo aquisitivo, há necessidade de se proceder à avaliação de todas as parcelas de terreno, devendo, para o efeito, solicitar-se os serviços de um perito da lista oficial do Ministério da Justiça. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Ao abrigo dos nºs 4 e 10 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a avaliação de quatro parcelas de terreno com as áreas de 180,20m<sup>2</sup>, 42,40m<sup>2</sup>, 919,05m<sup>2</sup> e 385,50m<sup>2</sup>, necessárias à execução da obra de reperfilamento da rua Manuel Alves de Matos, da freguesia de Souto S. Salvador; b) No âmbito da rotatividade de consulta a peritos constante da Instrução de Trabalho nº28 da Gestão da Qualidade, o perito a contratar é o Eng.º José Alberto da Cunha Martins Peixoto; c) Estima-se este contrato em €1.574,88 (mil quinhentos e setenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos) acrescido do IVA à taxa legalmente em vigor; d) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 2862 e o movimento de estorno nº 1015; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto simplificado, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º em articulação com o nº 1 do artigo 128º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos

Públicos (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro; f) O valor do contrato contempla já a redução remuneratória de 3,5% prevista na alínea a), nº 1 do artigo 27º da Lei nº 66-B /2012, de 31 de dezembro. À consideração superior.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO** – Presente a seguinte

informação da Chefe de Divisão de Património Municipal. “**1.**

**Objeto:** Aquisição de serviços de avaliação de uma parcela de terreno necessária à execução da obra de reperfilamento da Rua 13 de Maio, da freguesia de Rendufe. **2. Considerandos:** A Junta de Freguesia de Rendufe solicita que a Câmara Municipal proceda à aquisição de uma parcela de terreno necessária à correção do perfil da Rua 13 de Maio, daquela freguesia. Segundo informação da Junta de Freguesia, aquando da empreitada de alargamento daquela via, executada no ano de 2003, o proprietário não cedeu o terreno necessário ao alargamento no local, verificando-se um estreitamento da via, situação que tem originado vários acidentes. De acordo com estudo urbanístico efetuado pela Divisão de Planeamento Urbanístico, justifica-se a necessidade da parcela de terreno em causa, com a área de 18,00m<sup>2</sup>, não existindo qualquer operação urbanística que sustente a sua cedência. Considerando que o proprietário continua a não estar disponível para negociar amigavelmente tal parcela de terreno, terá de proceder-se à sua aquisição pela via expropriativa, nos termos previstos nos artigos 11º e seguintes do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro. De acordo com o previsto no nº 4 do artigo 10º do Código das Expropriações a previsão dos encargos com a



expropriação tem por base a quantia que for determinada previamente em avaliação, documentada por relatório, efetuada por perito da lista oficial do Ministério da Justiça, da livre escolha da entidade expropriante. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Ao abrigo dos nºs 4 e 10 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a avaliação de uma parcela de terreno com a área de 18,00m<sup>2</sup>, necessária à execução da obra de reperfilamento da Rua 13 de Maio, da freguesia de Rendufe; b) No âmbito da rotatividade de consulta a peritos constante da Instrução de Trabalho nº 28 da Gestão da Qualidade, o perito a contratar é o Engº Fernando Nuno Serro da Costa e Silva; c) Estima-se este contrato em €306,00 (trezentos e seis euros) acrescido do IVA à taxa legalmente em vigor; d) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 2863; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto simplificado, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º em articulação com o nº 1 do artigo 128º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro. f) Não será aplicada a redução remuneratória em virtude de o valor do contrato ser inferior ao das remunerações a que se refere o nº 1 do artigo 27º previsto da Lei nº 66-B /2012, de 31 de dezembro. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE  
PARECER PRÉVIO – COMPROMISSO PLURIANUAL -**

**CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES PARA O MERCADO MUNICIPAL** – Presente a

seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "**1. Objecto:** O objecto do contrato de prestação de serviços é a manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com substituição ou reparação de componentes quando se justifique, para os elevadores do Mercado Municipal. **2.**

**Considerando:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requererem conhecimentos e formação especializados e experiência em serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro. De acordo com o n.º 1 do art.º 4 deste diploma legal o proprietário de uma instalação em serviço (elevador) é obrigado a celebrar um contrato de manutenção com uma Empresa de Manutenção de Ascensores (EMA) e, segundo o n.º 1 do art.º 6.º, só podem exercer a atividade de manutenção as entidades inscritas na Direcção-Geral da Energia, em registo próprio. Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma EMA. Trata-se, pois, de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Que este serviço se encontra assegurado desde 01 de Julho de 2007 pela empresa Schmitt - Elevadores, Lda., e que agora se pretende contratar por mais dois anos, com início em de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015. **3.**

**Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação



de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores do Mercado Municipal, com substituição ou reparação de componentes quando se justifique, com início em de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015. b) A despesa para os dois anos de contrato estima-se em € 5.216,00, com pagamento trimestral de €652,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em consideração o valor pago no ano passado, mas que poderá sofrer alteração mediante proposta a apresentar pelo prestador do serviço. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.19. correspondente ao ano de 2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, no regime geral previsto na alínea a) do n.º1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, à empresa Schmitt - Elevadores, Lda., uma vez que é esta empresa que tem assegurado o serviço desde 01 de Julho de 2007. e) Os encargos a suportar com este procedimento têm relevância em mais do que um ano económico pelo que deverá, ainda, ser objeto de aprovação pela Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos, conforme a seguir se discrimina: Ano de 2014 – 2.608,00€ + IVA; Ano de 2015 – 2.608,00 + IVA€. f) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. g) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 27.º da LOE 2013, por remissão do art.º 75.º do mesmo diploma legal.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE**

**PARECER PRÉVIO – COMPROMISSO PLURIANUAL - RECOLHA E INCENERAÇÃO DE CADÁVERES DE CANÍDEOS E FELÍDEOS**

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente: "**1. Objeto:** O objeto do contrato de aquisição de serviços é a recolha de cadáveres de canídeos e felídeos para inceneração, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Setembro e o Regulamento 1774/2002 CE. **2. Considerandos:** Que o art.º12 do decreto-lei 314/2003 comete à Câmara Municipal a obrigação de recolha e destruição de cadáveres de canídeos/felídeos nos termos previstos no Regulamento 1774/2002 CE. Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requererem conhecimentos, formação especializados e experiência nesta área, bem como equipamentos especiais para a inceneração, de que a Câmara Municipal não dispõe. Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma empresa. Trata-se, pois, da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de recolha de cadáveres, conforme previsto no artº12 de Decreto-Lei n.º 314/2003 para os anos civis de 2014 e 2015. b) A despesa estima-se em € 45.000,00, acrescido de IVA à taxa de 6%. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.25. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste



direto, no regime geral, conforme alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, com convite a diversas empresas, pelas razões supra expostas. e) os encargos a suportar com este procedimento têm relevância em mais do que um ano económico pelo que deverá, ainda, ser objeto de aprovação pela Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos, conforme a seguir se discrimina: Ano de 2014 – 22.500,00€ + IVA; Ano de 2015 – 22.500,00€ + IVA. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, aplicável por força do disposto no art.º 75.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo, porque foi calculada a média de 60.000kg a 0,75€ cada quilo, que importa em 45.000,00 euros. Aplicada a redução remuneratória de 10%, o valor base do procedimento será de 40.500,00 Euros + IVA à taxa de 6%.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – COMPROMISSO PLURIANUAL - SEGURO AUTOMÓVEL DE FROTA** – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “ **1. Objecto:** Pretende-se proceder à contratação do seguro automóvel obrigatório para a frota do Município de Guimarães. **2. Considerando:** A atividade de seguro só pode ser desempenhada por companhias autorizadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, pelo que a contratação do seguro automóvel obrigatório, no caso em apólice única, garante a Responsabilidade Civil resultante da circulação automóvel obrigatória, nos termos do Decreto de Lei 291/07, de 21 de Agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de Agosto, com inclusão de

coberturas facultativas. Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente, que contratar o serviço a uma Companhia de Seguros. Trata-se, pois, de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a contratação de seguro automóvel para a totalidade da frota do Município de Guimarães, em apólice única, que garanta a Responsabilidade Civil resultante da circulação automóvel obrigatória, com um prazo contratual de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014. b) A despesa anual estima-se em € 41.600,00, isento de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do IVA. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 05.020212, correspondente ao ano de 2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, no regime geral previsto na alínea a) do n.º1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos. e) Conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, mais se propõe seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante à presente aquisição de serviços. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 27.º da LOE 2013, por remissão do art.º 75.º do mesmo diploma legal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**  
**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DE ANTELA,**





**FREGUESIA DE BRITEIROS (SALVADOR)** – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “A postura de trânsito da Rua de Antela (antiga Travessa das Veigas), freguesia de Briteiros (Salvador), foi aprovada por deliberação camarária de 6 de Junho de 2002, sancionada pela Assembleia Municipal em sua reunião de 10 de Julho de 2002, e implementada a 24 de Outubro de 2002. A alteração de trânsito teve por objetivo a melhoria das condições de segurança e circulação na Rua S. Salvador e Rua de Antela. Com a mesma era eliminada a saída da Rua S. Salvador para a Rua Francisco Martins Sarmiento, local de grande perigosidade pela reduzida visibilidade permitida, e os dois sentidos na Rua de Antela, quando o seu perfil transversal não o permitia, o que obrigava à circulação alternada num troço aproximado de 50m, potenciando situações de conflito entre condutores. Considerando o alargamento da Rua de Antela, pelo recuo do muro que existia, e a sua pavimentação, sendo esta a expressa vontade das Freguesias Briteiros (Salvador) e Briteiros St.<sup>a</sup> Leocádia, submete-se à apreciação da Câmara a reposição dos dois sentidos de trânsito na mesma.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTEÇÃO CIVIL – ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES E CALDAS DAS TAIPAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Conservar e proteger a floresta da sua principal ameaça - o fogo - tem sido uma preocupação constante do executivo municipal. Contudo, Guimarães, como tantos outros concelhos, viu, mais uma vez as suas matas desaparecerem com o passar do fogo, pelo que do início do ano até ao passado dia 01 de Setembro já se contava com

170 ocorrências correspondendo a cerca de 377 hectares de área ardida só no Concelho de Guimarães. Tal não se tem vindo a refletir numa situação ainda mais desastrosa devido à rápida intervenção por parte das equipas de combate a incêndios dos Bombeiros Voluntários, as quais muitas vezes tiveram que solicitar o apoio de Corporações de Concelhos vizinhos dado o elevado número de ocorrências que surgiam em simultâneo e que tornavam insuficientes os bombeiros disponíveis para o combate. Assim, foi inúmeras vezes solicitado ao SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil desta Câmara o apoio logística na alimentação dos bombeiros envolvidos em incêndios florestais na área de intervenção do concelho de Guimarães e que desempenhavam ações de combate com mais de 6 (seis) horas. Esse apoio foi, mediante acordo com este SMPC, desencadeado pelas próprias Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e dos Bombeiros Voluntários das Taipas. Assim, e considerando que a Câmara Municipal de Guimarães tem colaborado com as Associações do Concelho, através da atribuição de subsídios protocolados, para fazer face às despesas pontuais e necessárias à consecução da sua atividade, reconhecendo o papel altruísta das Associações Humanitárias dos Bombeiros. Considerando que os Protocolos estabelecidos com as Associações Humanitárias mencionam que a comparticipação anual do Município, não inviabiliza a possibilidade de poderem ser atribuídos a esta Associação subsídios pontuais, que serão ponderados casuisticamente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a atribuição de um subsídio de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) a cada corporação de Bombeiros, de forma a fazer face às despesas tidas com a alimentação dos vários voluntários envolvidos no combate a incêndios florestais nos últimos meses. Assim em face ao exposto, solicito declaração de



cabimento e correspondente declaração de compromisso relativo ao montante de 3.000,00€ (três mil euros), 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) a cada corporação, pela rubrica 1.2.1.11 - Equipamentos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - PROTEÇÃO CIVIL – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, como corporação de bombeiros, é um agente fundamental e primordial do Serviço Municipal da Proteção Civil, bem como dos diferentes serviços da Câmara Municipal, com os quais colabora regularmente com a prestação e colaboração em variadas situações. Neste sentido, o seu material vai apresentando algum desgaste pelo seu normal funcionamento, agravado pelos anos acumulados. Desta estreita cooperação, entre os bombeiros e a Câmara Municipal, destaca-se a colaboração com os serviços urbanos e ambiente, bem como a pronta colaboração nos principais eventos de massas no Centro Histórico, para além do elevado número de ocorrências de acidentes, catástrofes e incêndios, que não dão tréguas, nem possibilidade de revisões mais frequentes aos meios empenhados. Dos vários meios utilizados, o Veículo Escada, é um dos mais importantes no meio urbano, quer no combate aos incêndios domésticos e industriais em prédios, quer em limpeza de caleiras, cortes de árvores e principalmente no salvamento de pessoas. Desta forma, tendo em conta uma recente avaria que obrigou a uma necessária e aprofundada revisão ao Veículo Escada (Auto-Escada Magirus), a AHBVG veio solicitar um apoio pontual, tendo em conta os elevados custos de reparação e revisão de material. Assim, ao abrigo do ponto 6, do artigo 2º, do Regulamento de Atribuição de Subsídios de Entidades Culturais, Artísticas,

Recreativas e Humanitárias e ao abrigo da Lei n.º 27/2006 - Lei de Bases da Proteção Civil e da Lei nº 65/2007 referente ao Serviço Municipal da Proteção Civil, propõe-se a atribuição de um subsídio pontual para o efeito descrito, no valor de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), referente à reparação do Veículo e ao apetrechamento de material de desgaste.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES, GIL VICENTE, ABEL SALAZAR E BRITEIROS**

– Presente a seguinte proposta: “Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, foram introduzidas alterações ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão das escolas, através do reforço da participação das famílias, das autarquias e das comunidades, materializado num órgão colegial de direção, denominado de Conselho Geral, responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4, do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo. O número de elementos que compõem o Conselho Geral é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno, sendo que na sua composição tem de estar salvaguarda a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local. Assim, e nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 14.º e n.º 1, do artigo 16.º daquele normativo legal, compete à Câmara Municipal designar os representantes do Município ou, delegar tal competência nas Juntas



de Freguesia, para os Conselhos Gerais dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Nesta conformidade, e em face das solicitações entretanto remetidas, proponho que, para o quadriénio 2013/2017, sejam designados em representação do Município: *Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques*: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Biblioteca e Arquivo; Dra. Clara Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas Gil Vicente*: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas Abel Salazar*: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão de Educação; Dra. Clara Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. *Agrupamento de Escolas de Briteiros*: Dra. Francisca Abreu, Vereadora do Pelouro da Educação; Dr. José Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Biblioteca e Arquivo; Dra. Clara Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. Proponho ainda que a votação dos representantes do Município para aqueles Conselhos Gerais seja feita em conjunto.”

**DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor e quatro em branco. -----

**AÇÃO SOCIAL - PAGAMENTO À TEMPO LIVRE DE FÉRIAS DESPORTIVAS PARA CRIANÇAS SINALIZADAS PELA CPCJ EM 2013** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “A Tempo Livre tem vindo, anualmente, a participar em 50% nas despesas com crianças carenciadas sinalizadas pela CPCJ, que frequentam o programa “Férias Desportivas”, ficando os restantes 50% a cargo das instituições que os acolhem. No caso das crianças sinalizadas pela CPCJ não se encontrarem aos cuidados de nenhuma instituição, têm vindo a ser

apoiadas pelo Município, no âmbito das suas obrigações previstas no artigo 14º da Lei 177/99, no protocolo de cooperação celebrado em 10 de janeiro de 2001, entre a Segurança Social, o Ministério da Justiça e a Associação Nacional de Municípios e na adenda a este Protocolo, celebrada entre o Instituto da Segurança Social e o Município de Guimarães, em 16 de setembro de 2003. Coloca-se assim, à consideração superior, e pelas razões apresentadas, o pagamento à Tempo Livre do valor de €595,00, correspondente a 50% do custo das férias desportivas de 17 crianças.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido. -----**

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS- RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO DE JULHO DE 2013**

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “A Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos (deliberação 20/12/2012), reforçado por deliberação 07/03/2013. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio durante o passado mês de julho conforme constam do mapa anexo.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – CASA DO POVO DE FERMENTÕES - CEDÊNCIA DE AUTOCARROS**

– Ratificação do despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de agosto de 2013, que disponibilizou à Casa



do Povo de Fermentões o transporte, em autocarro, de 60 elementos do Grupo Folclórico ao aeroporto e vice-versa nos passados dias 18 e 24 de agosto, implicando o pagamento de trabalho extraordinário aos motoristas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - ATRIBUIÇÃO DE TROFÉU AO CLUBE DE CICLOTURISMO DE CALVOS** – Presente a seguinte proposta: “O Clube de Cicloturismo de Calvos vai promover o seu passeio anual no dia 28 de setembro, percorrendo para o efeito várias localidades do nosso Concelho. Esta prova reúne anualmente largas centenas de cicloturistas da nossa região, que percorrem vários dos nossos caminhos tradicionais. Para o efeito, propõe-se a atribuição de um troféu da Câmara Municipal para este evento desportivo.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----